

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa



2007-2008

Departamento de História
Mestrado em Práticas Culturais para Municípios

Seminário: Património e Museus

Docente: Dr^a Graça Filipe

O património das Tradições Musicais da Região Oeste
como recurso de desenvolvimento cultural sustentável
- a hipótese de um ecomuseu

Rui Matoso

Fevereiro 2008

Índice

I – O património cultural imaterial em questão

1. Apresentação
2. A cultura como vector do desenvolvimento sustentável
3. O património cultural imaterial como recurso de desenvolvimento
4. As tradições musicais na Região Oeste
5. Espólios passíveis de integrar um acervo

II - A hipótese de um ecomuseu

6. A noção de *ecomuseu de desenvolvimento*
7. A gestão participativa do património
8. Delineamento conceptual: um ecomuseu das Tradições Musicais da Região Oeste
9. Funções, serviços e componentes
10. Aspectos programáticos: estratégia de desenvolvimento
11. Apontamentos sobre a estratégia
12. Conclusão

I – O património cultural imaterial em questão

*Enfin et surtout, il n'y a pas de modèle, pas de règle.
Ces musées, ou ecomusées, son tous différents les uns des autres,
non pas seulement par la nature de leur patrimoine et leur communauté,
mais par l'histoire de leur processus.*

Hugues de Varine (2002), p.175

1. Introdução

Até ao último momento da redacção deste breve trabalho mantivemos a dúvida quanto à utilização do termo “ecomuseu”, tal facto prende-se com alguma ambiguidade teórica no uso deste conceito e com a realidade ecomuseológica nacional que assenta, quase exclusivamente, numa perspectiva englobante dos vários géneros de património (tangível) de um determinado território, normalmente associado a uma região demarcada e sob tutela da administração municipal.

No caso do património imaterial das tradições musicais (e orais) da Região Oeste a extensão geográfica abrange diversos concelhos, pelo que se torna inconcebível partir da ligação directa entre património e território físico. De facto existem duas abordagens distintas quanto ao modo de observar o entrecruzamento entre património e território. O Património material imóvel é por natureza enraizado e tem como paradigma museológico a conservação; mas o património imaterial é dinâmico por natureza, move-se pelos corpos e pelos territórios, estabelecendo-se e criando tradições mais ou menos duradoiras. Por esse motivo a salvaguarda do património imaterial não reside tanto na sua conservação mas antes no “dinamismo” gerado em seu torno. No entanto, seria errado pensar as duas categorias de património separadamente, ambas se relacionam sob múltiplos aspectos.

A decisão de manter neste trabalho a terminologia “ecomuseu” prende-se com as restantes preocupações da Nova Museologia e com as reflexões teórico-práticas de Hugues de Varine, designadamente porque o *museu* «é antes de mais um instrumento – suplementar e complementar- para acompanhar e alimentar as dinâmicas de desenvolvimento do território. O *museu* é testemunho da implicação da comunidade, que se empenha pelo seu património num movimento colectivo.» (Varine, 2005).

Em termos de desenvolvimento cultural sustentável, o ecomuseu representa:

- A possibilidade de manter um processo longo e multiforme que acompanhe o desenvolvimento;
- A participação dos membros das comunidades enquanto actores e agentes de desenvolvimento;
- Uma fonte de educação popular e de transmissão cultural, de abertura ao mundo e às outras culturas através de um diálogo intercultural;
- O exercício da Democracia Cultural e da Cidadania.

2. A cultura como vector do desenvolvimento sustentável

Proliferam, segundo os autores e as épocas, as definições do termo “cultura”. Contudo, a noção de cultura que aqui nos interessa deve ser o mais abrangente possível e não-sectorialista, pelo que usaremos a definição promulgada na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (Mondiacult), realizada no México, em 1982 : *A cultura, no seu sentido mais amplo, pode considerar-se actualmente, como um conjunto complexo das dimensões distintivas espirituais e materiais, intelectuais e afectivas que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Ela engloba as artes e as letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores e crenças. É a cultura que dá ao ser humano a capacidade de reflectir sobre si mesmo(...).*¹

A declaração da conferência mundial sobre desenvolvimento sustentável, realizada em Joanesburgo (2002), afirma que o desenvolvimento sustentável é construído sobre três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores: desenvolvimento económico, desenvolvimento social e protecção ambiental. Este paradigma reconhece a complexidade e o interrelacionamento de questões críticas como pobreza, desperdício, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento populacional, igualdade de géneros, saúde e direitos humanos.

Em Portugal, a Estratégia Nacional Para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) pressupõe «a preocupação não só com o presente mas com a qualidade de vida das gerações futuras, protegendo recursos vitais, incrementando factores de coesão social e equidade, garantindo um crescimento económico amigo do ambiente e das pessoas. Esta visão, integradora do desenvolvimento, com harmonia entre a economia, a sociedade e a natureza, respeitando a biodiversidade e os recursos naturais, de solidariedade entre gerações e de co-responsabilização e solidariedade entre países, constitui o pano de fundo das políticas internacionais e comunitárias de desenvolvimento sustentável.»²

A Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, organizada pela UNESCO em Estocolmo, entre 30 de Março e 2 de Abril de 1998, reconhece como primeiro princípio que «desenvolvimento sustentável e o florescimento cultural são interdependentes», recomendando aos Estados diversos objectivos, sendo o primeiro «tornar a política cultural uma componente chave das estratégias de desenvolvimento sustentável».

Três anos depois, em 2001, é aprovada em conferência geral da UNESCO, a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, a qual viria a ser complementada pela Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adoptada a 20

1 UNESCO, *Declaração da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais*, Cidade do México, 1992

2 Fonte: www.desenvolvimentosustentavel.pt [Consultado em 12/09/2007]

de Outubro de 2005, em Paris.

A UNESCO afirma que a «diversidade cultural é, para o género humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza.» (Artigo 1, Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural).

A diversidade cultural e a biodiversidade relacionam-se de modo sinérgico e interdependente, constituindo factores fundamentais e complementares para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Esta interdependência é facilmente observável ao nível linguístico: um estudo realizado pelo Worldwide Fund for Nature (WWF) atesta que há 6.500 grupos linguísticos cujo risco de extinção cresce a um ritmo acelerado. No último século, o mundo perdeu 4 mil das suas dez mil línguas e 50% das remanescentes estão ameaçadas, em especial nas Américas e na Austrália. Ora, tal como acontece em termos de biodiversidade, a extinção de uma tecnologia cultural - modo de fazer/saber - é irreparável.

A inter-relação entre os dois géneros de património, o biológico e o cultural – diversidade *biocultural*-, coloca igualmente em evidência a relação existente entre património material e património imaterial, entre formas de conhecimento tradicionais e materiais de construção naturais (certos tipos de madeira de árvores que dependem da preservação do património ambiental, por exemplo).

O investigador australiano Jon Hawkes, num documento intitulado *The fourth pillar of sustainability, Culture's essential role in public planning*³, formulou a necessidade de estruturar e acrescentar uma nova face ao triângulo do desenvolvimento – transformando-o assim em quadrilátero-, e que seria um novo pilar para a sustentabilidade e desenvolvimento local: a Cultura. Deste modo, para além dos obrigatórios estudos de avaliação do impacto ambiental, ter-se-ia igualmente que ter em consideração uma avaliação do impacto cultural.

A *Agenda 21 da Cultura*⁴ integra nos seus princípios as preocupações com a diversidade cultural (Princípio 1) bem como partilha as preocupações relativas à protecção da diversidade ambiental (Princípio 2). A *Agenda 21 da cultura* é o primeiro documento com vocação mundial, que pretende estabelecer as bases de um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural, tendo por base os quatro vectores essenciais do desenvolvimento sustentável: Meio Ambiente, Coesão Social, Cultura e Economia.

3 Cf. RUIZ e DIETACHMAIR, p.27

4 http://www.agenda21culture.net/docs/ag21c_pt.pdf. [Consultado em 08/02/2008]

3. O património cultural imaterial como recurso de desenvolvimento

Tendo em consideração a perspectiva que entende a cultura como consubstancial ao desenvolvimento, todos os bens que «sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante»⁵ integram os recursos ao dispôr de determinada comunidade e território, devendo por isso ser objecto de protecção e valorização.

Quando evocamos a valorização do património imaterial, convocamos um tipo de património que é por natureza portador da tradição, representando uma continuidade do passado – transportado entre gerações– permanentemente alterado e renovado. É portanto um património vivo, um património que circula entre as pessoas, que acrescenta saber, que gera emoções, comunica memórias, que infunde valores e capacidade criativa.

Esta dimensão valorativa do património imaterial deverá ser complementada com uma adequada protecção desse mesmo património, renegando ao mesmo tempo uma visão cristalizante e nostálgica da memória e do passado. Pois, se temos o dever de conservar para transmitir, aliás um duplo dever, quer face aos nossos antepassados quer face aos nossos filhos, não nos podemos conformar com uma atitude conservacionista tida como um «verdadeiro trabalho de luto relativamente a um mundo em irreversível desaparecimento.» (Guillaume, p.39). Conservar, em matéria de desenvolvimento, não pode ser entendido como sinónimo de esterilização do património (Varine, 2002, p.112) no interior asséptico das vitrines de um museu, sob um qualquer pretexto de economia cultural, como vem amiúde acontecendo ultimamente em Portugal numa febril demanda pela “vantagem competitiva” associada ao turismo.

Enquanto catalizador daquela “viragem patrimonial”, o movimento inaugurado pela Nova Museologia veio a permitir um enfoque na envolvente contextual dos museus -nas pessoas e nos territórios- desviando-se assim da atenção obsessiva sobre os “objectos da memória”. É com este renovado olhar que Hugues de Varine defende que «o património não é uma coisa do passado, ele representa uma continuidade no presente e para o futuro (...) uma reflexão colectiva que possibilite os usos possíveis desse património. É de **transformação** que se trata, ao serviço do desenvolvimento.»⁶

De facto, para os habitantes de um determinado território, todos os elementos patrimoniais fazem parte do seu contexto de vida, sendo por isso um aspecto da cultura viva das populações e ao mesmo um recurso para o seu desenvolvimento. É essencialmente devido a este entrelaçamento substantivo entre cultura e vida -ou entre cultura e sociedade- que, sem a existência de uma

5 Lei 107/2001 “D.R. I Série A”(8 de Setembro). Art.2º.

6 VARINE (2007). Sublinhados do autor. A tradução do francês é da minha responsabilidade.

participação dinâmica de largos sectores da população, nenhum desenvolvimento efectivo e duradouro se consegue. Daqui resulta que, como salienta H. de Varine no seu corolário, não existirá desenvolvimento sem a participação efectiva, activa e consciente da comunidade detentora do respectivo património. (Varine, 2002, p.15)

No que respeita à dimensão cultural do desenvolvimento sustentável cujo recurso é o património cultural, a participação das comunidades deverá ser tornada efectiva nas diversas fases e tarefas da sua realização. Desde os processos de inventário à gestão quotidiana do património, a participação motivada, consciente e informada das comunidades é um factor indispensável para um projecto de território.

Como exemplo de um processo de “inventário participativo” veja-se o caso da cidade de Viamão (Brasil), cuja concepção do inventário possibilitou igualmente o debate sobre o «direito de decidir o que é e o que não é possível de preservação e, portanto, merece todos os esforços do poder público para a sua valorização, difusão e preservação.»⁷

⁷ ORTIZ, Renato. *Inventário Participativo de Viamão: uma salutar discussão sobre o direito de valorizar*. Jornal Quarteirão , nº 45 , Nov/Dez- 2001- Rio de Janeiro. [Versão electrónica]. Disponível em <http://www.quarteirao.com.br>. [Consultado em 09/02/2008].

4. As tradições musicais da Região Oeste

Assumindo que o catalizador deste breve estudo em torno do património imaterial é a obra de José Alberto Sardinha «Tradições Musicais da Estremadura», pensamos ser necessário proceder a um reajustamento do âmbito geográfico de modo a perspectivar um projecto de desenvolvimento com um grau satisfatório de eficácia.

A Estremadura foi uma antiga comarca portuguesa estabelecida na Idade Média e extinta no século XIX, devendo o seu nome derivar do latim *Extrema Durii* (extremos do Douro), por designar os territórios reconquistados, na sequência da denominada “Reconquista cristã”, para Sul do Douro.

A divisão territorial adoptada por José Alberto Sardinha surge da reforma administrativa de 1936 na qual foi novamente criada a Província (ou região natural) da Estremadura.

Ernesto Veiga de Oliveira, no livro “Instrumentos Musicais Populares Portugueses”, terá partido da divisão que Orlando Ribeiro preconiza como Portugal Atlântico, Transmontano e Mediterrâneo (Morais, 1995). Todavia, no seu «Pequeno Guia para a Recolha de Instrumentos Musicais Populares» é possível verificar a seguinte lista de instrumentos musicais identificados na Estremadura:

- a) *Concertina / Harmónica / Gaita de beijos / Guitarra / Banjo / Flauta: conjuntos populares que tocam música festiva e coreográfica regional (de Alcobaça para o Sul)*
- b) *Gaita de foles: figurava em todas as festas, sem qualquer outro instrumento; subsiste nas áreas de Caldas da Rainha e Torres Vedras.*
- c) *Violão / Guitarra / Clarinete / Harmónica / Ferrinhos / Cântaro de barro com abano / Pinhas / Garrafa com garfo: Acompanham cantares e danças dos grupos folclóricos locais. (Oliveira, 1975)*

Apesar da convergência, no uso da demarcação territorial denominada “Estremadura” pelos investigadores atrás referenciados, a nossa proposta vai no sentido de reduzir a escala de intervenção à zona geográfica hoje reconhecida como Região Oeste, a qual se encontra situada ao centro da Estremadura, como é possível verificar na imagem (ver anexo 1).

No campo de investigação do património das tradições musicais, bem como do seu uso como recurso de desenvolvimento, não estamos perante uma situação idêntica à “denominação de origem controlada” (como nos acontece na produção vinícola), porquanto aquilo que interessa observar não é tanto o local de origem ou de nascimento de determinada manifestação, mas sim o território que a manteve ao longo dos tempos, até porque «a música de tradição oral não possui certidão de nascimento» (Sardinha, p. 28). Neste sentido é possível verificar, tal como demonstram as gravações efectuadas pelo etnomusicólogo, que muitas das tradições orais e musicais se encontram ainda na memória incorporada em diversos informadores e em várias localidades da

Região Oeste.

Com o redimensionamento agora proposto não se pretende obviamente segmentar um património que por natureza é vivo e circulante -que não se deixa fixar pela demarcação e denominação territorial-, mas antes criar um âmbito de encontro entre uma dimensão patrimonial e uma geografia cultural de pertença contemporânea. Hoje, o Oeste e os *Oestinos*⁸ são uma realidade cultural efectiva expressa numa topofilia⁹ generalizada, basta para tal verificar o uso destes dois vocábulos na comunicação verbal e escrita presente no espaço público, designadamente na veiculada pelos órgãos de comunicação social. Algumas das actuais entidades demonstram igualmente essa co-pertença: Região de Turismo do Oeste, Associação de Municípios do Oeste ou a Comunidade Urbana do Oeste. Entidades e instituições que, pela sua natureza pública, se devem ter em consideração no apoio a um projecto de desenvolvimento cultural enraizado no território que defendem e promovem.

No interior do vasto repertório das tradições musicais importa indexar a música instrumental e a música vocal às respectivas funcionalidades, que segundo a metodologia de José Alberto Sardinha, se distinguem nas seguintes funções: O Trabalho, o Sagrado, o Amor e Divertimento. Este sistema de classificação permite estabelecer ligações com pesquisas etnográficas especializadas em cada uma dessas actividades. Assim, se na música que acompanha o trabalho impera a expressão vocal, a música coreográfica associada aos «bailhos» tradicionais é predominantemente instrumental (Sardinha, p. 41).

Dado que o património imaterial carece de alguma materialidade onde se possa inscrever, existe todo o interesse em colocá-lo em comunhão com o universo social e material, isto é, com os testemunhos das pessoas que os produzem e com as suas diversas expressões, bem como com os utensílios usados nas mais diversas tarefas, incluindo-se naturalmente os instrumentos musicais.

8 A propósito deste termo seria útil conferir a obra de ficção precisamente intitulada “Oestinos” de Andrade Santos, publicado em 1976 pela Seara Nova. Livro que, segundo conversa mantida com o autor, convoca uma leitura sociocultural do território, na esteira da melhor prosa do “realismo mágico”.

9 A **topofilia** é o sentimento de pertença a um espaço geográfico de residência, trabalho e/ou lazer, que reflecte os níveis de conforto ambiental, social, económico, cultural, político, psicológico ou outro que um território proporciona às pessoas.

5. Espólios passíveis de integrar um acervo

Apesar de ainda não existir uma política de aquisição e recolha de espólio ou colecções, definimos aqui uma tipologia útil para uma futura definição dessa mesma política.

5.1 – Gravações / fonogramas

A partir da investigação e das gravações fonográficas recolhidas em «Tradições Musicais da Estremadura» procedemos a uma inventariação sumária de acordo com as funções anteriormente mencionadas e os respectivos ciclos funcionais ou actividades:

O Trabalho	Designação / Lugares (registos fonográficos)
Ciclo do pão	Aboio / Torres Vedras
	Sementinha / Leiria
	S. João / Reguengo do Fetal
	Cantiga da Debulha / Mafra
Ciclo do vinho	Falar às Enxadas / Batalha
	Cantiga da Pisa da Uva / vários
Outros cantos do trabalho agrícola	Cantiga da azeitona / Caldas da Rainha
	Ai, solidão, solidão / vários
	Desgarrada / vários
	Cantiga do boieiro / vários
	Cantar da Marra / vários
Pregões	Pregão do amolador / Torres Vedras
	Pregão dos morangos / Sintra
	Pregão da fruta / S. Monte Agraço
	Pregão do peixe / vários
	Pregão do leite / vários
	Pregão do cauteleiro / Lisboa
	Pregão do leiteiro
Cantigas do mar	Leva-leva / Peniche
Romanceiro	Romance de D. Mariana / Torres Vedras
	Romance do Gerinaldo / vários
	Romance da Vitorina / Torres Vedras
	Romance do soldadinho / Alcobaça, Vigia
	Romance da Juliana/ Alcobaça, Vigia
	Romance do Bernal Francês / vários
	Romance de D. Infanta / Caldas da Rainha
	Nau Catrineta / Batalha
	Preso vai o conde preso / vários
Conde da Alemanha / vários	

	Romance do lavrador / vários
	Emília Guerra / vários
	História do sábio e do Barqueiro / vários
	Linda Pastorinha / Batalha
	Tiro-liro-liro / Mafra
	Donde vens tu, ó Carminda? / Batalha
Embalos	Cantiga de embalar / Mafra
	Embalos / Peniche

O Sagrado	Designação / Lugares (registos fonográficos)
Ciclo de Inverno	Pão por Deus / Torres Vedras
	Pedir bolinhos / Leiria
	Menino Jesus / Bombarral
	Boas-festas / Peniche
	Janeiras do Natal / Bombarral
	Bons Reis Magos / Cadaval
	Cantar dos Reis / Alenquer
	Os três Reis Magos / Alenquer
	Janeiras / Peniche
	Música da véspera do dia de Natal e do dia de Reis
	Reis (Grandes)
	Cântico a S. Sebastião / Batalha
	Diálogo ente Jorge e Jacinto (Entrudo)
	Moda do Entrudo / Mafra
	Marcha do Entrudo / Torres Vedras
	Contradança / Lourinhã
	Corridinho do Carnaval / Torres Vedras
	Pulhas do Entrudo / Mafra
	Lamentar das Almas / Lourinhã
	Almas Santas / Maceira
	Brado das Almas / Maceira
	Canto da Verónica / Mafra Azueira
	Terço da Quaresma / Batalha
	Ladainha a N. Senhora / Batalha
	Serração da Velha / Lourinhã
	Lamentação da Velha / Alcobaça
	Resposta à lamentação da Velha / Alcobaça
Coro da serração da velha / Alcobaça	
Martírios do Senhor / vários	

	Bom Jesus do calvário / Batalha
	As «excelências» da Virgem / Caldas da Rainha
Ciclo Primavera / Verão	Aleluia / Cadaval
	Ladainha de todos os santos / Bombarral
	Cântico ao pedir da água / Batalha
	Cântico ao Espírito Santo / Batalha
	Bendito da Eucaristia / Batalha
	Loas a Santo António / Batalha
	S. João / Bombarral
	Loas do Fecho do Círio / Lourinhã
	Marcha do Círio / Turcifal
	Trecho da Missa / Alcobaça
	Trecho de Arraial / Alcobaça
	Marcha do Círio / Lourinhã
	Loas à Senhora da Nazaré / Mafra
	Senhora da Nazaré / Nazaré

O amor e o divertimento	Designação / Lugares (registos fonográficos)
	Marcha do Tanganho / Lourinhã
	No alto daquela Serra / Caldas da Rainha
	Enleio / Mafra
	Fandango / Caldas da Rainha
	Fandango da Ronda / Lourinhã
	Fandango cantado / Caldas da Rainha
	Verde-gaio / Óbidos
	Verde-gaio / Lourinhã
	Valsa de dois passos / Torres Vedras, Maxial
	Valsa de dois passos / Óbidos
	Fado batido / Torres Vedras
	Vira de dois pulos / Mafra
	Chotiça / Torres Vedras
	Bailarico / Torres Vedras
	Corridinho / Cadaval
	Contradança / Caldas da Rainha
	Moda do balão (contradança) / Óbidos
	Cana Verde / Leiria

5.2 – Instrumentos

Uma outra categoria de objectos que obrigatoriamente têm de integrar o acervo de um projecto museológico relacionado com as tradições musicais, são os instrumentos. Os instrumentos identificados por José Alberto Sardinha, na obra citada, podem ser agrupados do seguinte modo:

A) AEROFONES
Palheta
Flauta
Gaita de Foles
B) CORDOFONES
Violão
Bandolim
Banjolim
Rabeca
Viola Portuguesa
Guitarra
Sanfona
C) AEROFONES DE PALHETA METÁLICA LIVRE
Harmónio
Harmónio de boca
D) OUTROS AEROFONES
Ocarina
Gaita de amolador
E) MEMBRAFONES
Tambores
Pandeiro
F) IDIOFONES
Castanholas
Genebres
G) OUTROS
Pinhas ou pinharocas
Cega-rega
Reque
Matracas
Tracalholas
Bilha e abano

Ferrinhos
Búzios
Cabaço

5.3 – Registos visuais (filmes em película, filmes em vídeo, documentos fotográficos, gravuras, cartazes, etc.)

Não existem ainda acervos ou colecções inventariadas, todavia temos conhecimento de informantes e pessoas que potencialmente poderão contribuir para uma recolha de património material e imaterial correlacionado com as tradições musicais.

5.4 – Os tocadores

As pessoas constituem a componente mais importante do património imaterial, pois são elas que transmitem de geração em geração as tradições musicais e orais, quer através de ofícios -neste caso de construtor de instrumentos ou de tocador- quer simplesmente pela comunicação oral/musical.

Os tocadores populares identificados por José Alberto Sardinha.

Nome	Localidade
António Probo dos Santos	Lourinhã
João Paulo	Caldas da Rainha
Silvério da Silva	Maxial
Joaquim Carvalho	Torres Vedras
Joaquim Vitoriano dos Santos	Cadaval
Joaquim Roque	Torres Vedras
João Ferreira	Campelos
Manuel Henriques	Lourinhã
Joaquim do Nascimento	Alcobaça
Manuel Francisco	Caldas da Rainha
Miguel Simões Parcelas	Sintra
Miguel Maria de Carvalho	Loures
Vítor Hugo Mendes da Silva	Caldas da Rainha

José dos Reis	Torres Vedras
José Gomes	Bombarral
João Duarte Fereira	Mafra
Abílio de Almeida Lúcio	Porto de Mós
Francisco de Sousa Cruz	Maceira
Alberto Ribeiro	Torres Vedras
João Luís	Caldas da Rainha
Joaquim Lourenço Pardal	Alenquer
José sabino Dias	Mafra
António Luís Anastácio	Lourinhã
António Pereira Júnior	Caldas da Rainha
Jesuína Narcisa Martins	Torres Vedras
João Francisco Alegre	Sintra
José Antunes de Almeida	Óbidos
António Tibúrcio da Eiras	Freiria
Francisco Severino	Lourinhã
Mário Quaresma	Sesimbra
Abílio dos Santos	Lourinhã
Emídio Malaquias	Lourinhã
Salvador Tavares Dias	Torres Vedras

5.5 – Outras entidades: os ranchos folclóricos.

O fenómeno do «rancho folclórico» emergiu em Portugal durante as primeiras décadas do Século 20, com o objectivo de revivificar as tradições locais de dança, música e traje (Castelo-Branco, 1989), contudo ao longo das décadas seguintes assistiu-se a uma instrumentalização deste fenómeno pelo Estado Novo. Ultimamente verifica-se um significativo aumento destes grupos, num movimento de reaproximação às suas raízes através de notáveis trabalhos de pesquisa etnográfica.

Numa lógica de desenvolvimento estes grupos constituem parceiros naturais que devem estar informados e motivados para participar.

Uma listagem ainda muito incompleta:

- Rancho Folclórico e Etnográfico "Danças e Cantares" da Mugideira
- Grupo de Danças e Cantares do Concelho de Sobral de Monte Agraço – Serramena
- Rancho Folclórico de Alenquer
- Rancho Folclórico do Carregado

- Rancho Folclórico e Etnográfico “Flores do Oeste”
- Rancho Folclórico da Colaria
- Rancho Folclórico “Danças e Cantares de Campelos”
- Rancho Folclórico Etnográfico Ceifeiras Fanadia
- Rancho Folclórico Etnográfico Cultural Apanha Azeitona - Ramalhosa
- Rancho Folclórico Etnográfico Os Azeitoneiros - Alvorninha
- Rancho Folclórico Etnográfico Reguengo da Parada
- Rancho Folclórico e Etnográfico da Sociedade Filarmónica Olhalvense
- Rancho Folclórico e Etnográfico do Louriçal

II - A hipótese de um ecomuseu

(...) la société de consommation à laquelle nous appartenons imprime en nous des idées de valeur de marchande, propose des modèles étrangers à notre culture vivante qui est dévalorisée, enfin, parce que l'existence d'administrations culturelles à tous les niveaux et d'institutions culturelles puissantes nous convaincent que la culture est quelque chose à laquelle il faut "accéder", et non pas quelque chose qui est à nous, en nous et autour de nous.

(Varine, 2002, p. 35)

6. A noção de ecomuseu de desenvolvimento

A história recente da museologia (nova museologia) não podia deixar de estar sinérgica e criticamente envolvida com as transformações socioculturais das últimas décadas, provocadas pela “globalização” e por fenómenos político-financeiros de origem mundial, sendo um dos seus documentos fundamentais a Declaração de Quebec (1984).

Na sua obra «Les Racines du futur», Hugues de Varine refere a tensão existente entre dois modos de entender a museologia; de um lado existirá uma museologia preocupada com a oferta turística a partir de uma visão elitista da museologia tradicional (museologia turística), mas ao mesmo tempo uma outra forma de museologia (museologia popular) se desenvolveu com uma perspectiva do património como recurso essencial da cultura e uma dimensão consubstancial do desenvolvimento ao serviço de todos, e não apenas para interesse de alguns. Em suma, a museologia tradicional «resulta sobretudo em museus adaptados à economia do turismo cultural, muito mais do que a um desenvolvimento endógeno e participativo.» (Varine, 2005).

Judite Santos Primo e Mário Canova Moutinho elencam seis preocupações fundamentais de um ecomuseu de desenvolvimento: «1. A articulação do conjunto: População- Património- Comunidade; 2. O objectivo principal é o desenvolvimento integrado da região; 3. A sustentabilidade do projecto; 4. A valorização das identidades locais; 5. A valorização das vantagens específicas locais; e 6. A consolidação do exercício da Cidadania. » (Primo e Moutinho, 2002).

No presente caso de um projecto relacionado com o património imaterial, as vantagens relacionadas com a sustentabilidade, a valorização das identidades, a consolidação da cidadania cultural através de uma participação motivada, informada e consciente, parecem-nos ser bastante prováveis. O património imaterial em questão tem o potencial de gerar inter-relações com outros patrimónios materiais e imateriais: artesanatos, gastronomias, festas populares, festas religiosas, sítios, paisagens, etc...o que por si só é gerador de um desenvolvimento sustentável nas suas quatro dimensões.

7. A gestão participativa do património

Apesar de pouco divulgada e conhecida pelos cidadãos, a Lei 107/2001 que estabelece as bases políticas e o regime de protecção e valorização do património cultural, no seu Artigo 11, afirma que todos tem o dever de preservar, conservar e valorizar o património cultural. Apelando assim à participação dos cidadãos na inventariação do património.

O património entendido como recurso de desenvolvimento local é essencialmente um assunto para os actores locais (agentes de desenvolvimento, empresários, funcionários públicos, políticos, dirigentes associativos, artesãos, etc...), e deve ser entendido sob o prisma do conceito de subsidiariedade, sob o qual a gestão do património deve ser próxima dos detentores desse património. Só assim o património poderá ser o recurso de desenvolvimento, não havendo desenvolvimento sem a participação efectiva, activa e consciente da comunidade (Varine, 2002, p. 15).

Desde o conhecimento (e consumo) do património à gestão da comunicação, passando pela recolha e inventariação, é possível e desejável fomentar a participação das pessoas. Os passeios colectivos (*repérages*) de que fala Varine (p.43), onde diversos participantes comunicam o seu conhecimento pessoal acerca do património, é uma forma de motivar o uso participado da memória e das narrativas individuais entrosando-as com o colectivo.

Talvez seja neste sentido de partilha da memória e do património que Amadou Hampaté Bâ dizia que «Em África, cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima»¹⁰...o património imaterial só sobrevive se for transmitido e vivido. No fundo, a transmissão da sabedoria prática (saber-fazer) faz-se sempre por via oral, pelo gesto e pela actuação sobre os objectos.

O inventário participativo, a que já aludimos anteriormente, é, segundo Varine, a forma mais completa de inventário local, mas também a mais complexa e metodologicamente exigente de implementar.

As metodologias participativas em Portugal e o seu uso em iniciativas políticas locais são ainda muito débeis, e quando utilizadas são normalmente um simulacro sem consequências a médio e longo prazo. A este propósito, num estudo muito recente intitulado *Governância Municipal. Cidadania e governação nas câmaras municipais portuguesas*, Arnaldo Ribeiro concluía que «o panorama nacional não será portanto muito animador neste domínio, com o recalçamento da participação dos cidadãos nos assuntos da coisa pública.» (Ribeiro, 2007, p. 188). Vários investigadores têm chegado a conclusões semelhantes, evidenciando também que «os portugueses têm 'muito' ou 'algum' receio de exprimir publicamente uma opinião contrária à das autoridades

10 Cf. Georges Condominas. *Investigación y Salvaguardia del Património Inmaterial*. In revista *Museum* nº 221/222.

políticas»¹¹.

Nos últimos anos tem-se verificado um incremento de modelos participativos ao nível da gestão municipal. A agenda 21 local, o Orçamento Participativo ou a Carta Educativa, são iniciativas que de algum modo suscitam a participação das comunidades.

Este tópico da participação deixou há muito de ser um mero capricho ou opção, passando a ser uma característica das democracias mais avançadas. A existência de uma sociedade civil sólida é a espinha dorsal da democracia e está marcada por uma preocupação pela solidariedade humana.

Quanto ao objectivo de estabelecer um processo participativo para um ecomuseu, Joëlle Le Marec e Alexandre Delarge (Marec e Delarge), propõem um método que têm em conta os utilizadores motivados e os não utilizadores das instituições culturais, delineado nas seguintes fases: FASE 1 – Preparação. Informação geral sobre o projecto e a sua dimensão participativa, para a imprensa e dinamização de redes.

FASE 2 – Inquéritos e entrevistas a grupos de habitantes menos motivados e sem hábitos de frequência de museus. Apresentação do projecto do ecomuseu em grupos.

FASE 3 – Exploração dos resultados dos inquéritos e entrevistas. Propostas que visem a implicação das pessoas menos motivadas.

FASE 4 – Constituição de grupos de habitantes mais motivados. Grupos de voluntários.

FASE 5 – Formação e informação acerca do projecto e do funcionamento participativo.

FASE 6 – Produção e publicação de um relatório síntese das fases anteriores. Debates com todos os participantes.

11 Manuel Villaverde Cabral, in revista *Con(m)textos de Sociologia*, nº1/2001, p.17

8. Delineamento conceptual para um ecomuseu das Tradições Musicais da Região Oeste

O espaço de funcionamento do ecomuseu será em ambiente rural, e poderá ter a sua sede numa das aldeias ou vilas do norte do concelho de Torres Vedras ou num dos concelhos limítrofes do Bombarral ou Cadaval. Esta localização rural do projecto beneficia e incorporará as dimensões paisagísticas e ambientais, bem como os produtos e os serviços próprios da região. Numa lógica que permita o desenvolvimento das actividades produtivas tradicionais, do turismo e da gastronomia.

A partir da obra de José Alberto Sardinha podemos equacionar um esboço para um programa museológico, permitindo-nos imaginar a reunião entre a intangibilidade da tradição oral e musical com a vida social, os valores e as pessoas, dando assim corpo ao património cultural na sua dupla vertente. As suas recolhas e gravações dividem-se em três grandes temas funcionais: O Trabalho, o Sagrado, o Amor e Divertimento, os quais estão intimamente conotados com diversos momentos da tradição musical em ambiente rural: «o trabalho – aqui falaremos dos amanhos da terra, das lavouras, da colheita, da debulha e respectivos cantares; o sagrado – onde focaremos as relações do homem rural com a divindade, mormente nas suas manifestações religiosas, mas também noutras práticas de simples conteúdo mágico ou simbólico; o amor e o divertimento – em que descreveremos os costumes lúdicos, com particular realce para os bailes rústicos, as suas danças e instrumentos.»¹²

Os três horizontes referidos seriam aqueles que poderiam constituir a base do modelo interpretativo de um *ecomuseu das Tradições Musicais da Região Oeste*. A partir dessa plataforma temática surgiria a interligação entre os objectos materiais próprios de cada uma daquelas vivências e os registos imateriais em forma de som, de imagem ou de audiovisual; conjugando-se de forma pertinente instrumentos musicais, objectos agrícolas, utensílios, trajes, fotografias, recolhas orais e musicais, filmes em vídeo ou película, etc.

A riqueza interna de cada um dos grandes temas funcionais apontados é de tal modo vasta que não podemos senão apontar alguns exemplos. No que respeita ao sagrado ou à religião popular, as recolhas e investigações disponibilizadas pelo investigador dividem-se em dois ciclos: o ciclo do Inverno, que essencialmente consiste nos ritos relacionados com o culto dos mortos, onde constam o Pão por deus, a Natividade, as Janeiras e os reis, as Celebrações de São Sebastião, as Músicas do Entrudo, os cantos às almas dos purgatório ou as procissões; e o ciclo da Primavera-Verão, evocativo do renascimento da vida agrícola e espiritual, que contem os Cânticos de aleluia de Páscoa, os ritos propiciatórios, os Impérios do Espírito Santo, as Festividades do corpo de Deus, Os círios e as loas...

12 Sardinha, pp. 25-26

No campo de acção do Amor e do Divertimento são apontadas algumas danças e cantares, tais como a dança de roda, o fadango, o verde-gaio, o fado, a chotiça, o corridinho, a contradança ou o bailarico. Relativamente a este contexto é de salientar a importância dos vários grupos de folclore da Região Oeste e a sua contribuição para a vitalidade de algumas tradições.

Se em muitas povoações as festas não se resumem às danças típicas e aos cantares tradicionais, a verdade é que os bailes se vão mantendo dos modos mais diversos e acompanhados por agrupamentos musicais populares, que à sua maneira, e também ela muito variada, contribuem para a renovação musical da tradição. Neste contexto é interessante constatar a nível nacional a existência de múltiplas actividades culturais relacionadas com a música e as danças tradicionais.

No capítulo do Trabalho, e numa região onde ainda persiste muita actividade agrícola mais ou menos industrializada, José Alberto Sardinha identifica dois ciclos: o ciclo do pão e o ciclo do vinho, entre outros cantos do trabalho rural como a cantiga do boieiro, o cantar à pedra e as cantigas do mar. Os pregões, os embalos e os romanceiros integram-se também neste grupo.

O que realmente importa é interpretar as memórias do lugar e os lugares da memória, em conjunto com os processos de mudança social e os seus protagonistas, para que o habitante e o visitante conheçam e descubram num contexto alargado de referências. Não esquecendo nunca o intercâmbio com as outras culturas, o que faz do museu um lugar privilegiado do cosmopolitismo e da interculturalidade, assumindo-se aí o património como um recurso e um bem comum da humanidade.

Um projecto, seja ele de que género for, só terá sentido se tiver em consideração a comunidade em que está inserido. No nosso caso esta atenção deve ser redobrada, uma vez que estão em causa bens culturais imateriais representativos da identidade e dos valores tradicionais das comunidades.

A comunidade envolvente não é apenas um conjunto de públicos ou meros consumidores. Deve ser vista, de igual modo, numa óptica participativa. No projecto do ecomuseu, dada a sua forte componente etnográfica/etnológica, a comunidade torna-se essencial na prestação de informação e na recolha de dados úteis às pesquisas. Também não podemos esquecer que é do seio da comunidade que normalmente emergem os mecenas ou os prescritores dos projectos.

Para além das relações estabelecidas de modo mais intenso com as comunidades directamente envolvidas no processo do ecomuseu, procurámos identificar o público-alvo dividindo-o em cinco grupos: Público Regional, Público da Diáspora, Visitantes exteriores à região/Turistas, Investigadores, e Público Escolar.

- O Público Regional integra o público em geral oriundo de toda a Região Oeste.

- O Público da Diáspora, constituído pelos habitantes da região que emigraram e que se encontram espalhados um pouco por todo o mundo..
- Os Turistas que cada vez mais são uma importante fonte de receitas com um crescente número de visitantes (tanto nacionais como internacionais).
- Os Investigadores encontrarão no ecomuseu um arquivo fonográfico e um centro de documentação especialmente vocacionados para a pesquisa em torno das tradições musicais.
- O Público Escolar que integra os profissionais da música e meios audiovisuais e a população, os professores do ensino básico e os alunos. Devendo estabelecer-se uma relação especial com o programa de educação musical do 2º ciclo do ensino básico, dada a existência de um capítulo exclusivamente a elas dedicado.

9. Funções, serviços e componentes

Descrevem-se de seguida alguns serviços essenciais que o ecomuseu das Tradições Musicais da Região Oeste deve disponibilizar numa lógica de serviço público.

Todavia, estamos consciente de que ainda faltam elencar outras funções e serviços.

ARQUIVO FONOGRAFICO / FONOTECA

Na Lei de Protecção e Valorização do Património Cultural (Lei nº 107/2001), o património fonográfico encontra uma atenção especial no Artigo 89.º, do qual citamos a primeira alínea: «Integram o património fonográfico as séries de sons, fixadas sobre qualquer suporte, bem como as geradas ou reproduzidas por qualquer tipo de aplicação informática ou informatizada, também em suporte virtual, e que, tendo sido realizadas para fins de comunicação, distribuição ao público ou de documentação, se revistam de interesse cultural relevante e preencham pelo menos um de entre os seguintes requisitos(...)»

Um arquivo fonográfico é um equipamento e um serviço fundamental no que respeita à conservação das gravações e recolhas etnomusicológicas, devendo ter à sua guarda os registos originais efectuados, de modo a promover o acesso -presencial e à distância- ao património fonográfico, contribuindo para a memória e identidade cultural da comunidade através da preservação de todo o espólio já existente, transferindo-o para arquivos digitais, e proceder ao levantamento exaustivo de registos analógicos originais, bem como cuidar das criações sonoras contemporâneas.

A criação de uma base de dados do arquivo fonográfico deverá ainda conter os “metadados” correspondentes a uma melhor identificação do património fonográfico, anexando documentos iconográficos de pessoas, instrumentos ou lugares, biografias dos tocadores, etc.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO / FONOTECA

Este serviço deverá conter uma componente de arquivo para a conservação de documentos impressos e para a sua digitalização. Será também um local de acesso a informação bibliográfica especializada nas várias temáticas do património das tradições musicais. Deverá por isso ser capaz de fornecer o acesso ao conhecimento científico, mas também popular, produzido pelas várias instâncias.

É naturalmente fundamental que tenha um vasto repertório de registos musicais especializado em música tradicional e popular de várias partes do mundo.

SERVIÇO DE EXTENSÃO ESCOLAR e EDUCAÇÃO POPULAR

Dada a importância que a componente escolar tem em ou deverá ter em qualquer programação museológica este serviço terá por função a planificação, animação e aprofundamento

da relação do museu com a comunidade escolar, especialmente com a disciplina de educação musical do 2º ciclo do ensino básico.

A educação popular para o desenvolvimento visa, segundo Hugues de Varine, «criar ou reforçar a comunidade e o seu controlo sobre o respectivo território, fornecendo-lhe os necessários instrumentos para a concepção, expressão e formulação de projectos, assim como para a sua concretização e para a cooperação interna e externa. Nesta abordagem, não se pode falar de públicos específicos, tal como se fala no ensino clássico ou na acção cultural e artística. É certo que cada um deve poder aí encontrar respostas às suas necessidades próprias, em função do grau de desenvolvimento pessoal a que chegou.» (Varine, 2004, p. 37).

OFICINA DE INSTRUMENTOS

Espaço oficial dedicado ao restauro e construção de instrumentos. Deverá contar com a participação dos construtores dos vários tipos de instrumentos residentes na Região Oeste.

EXPOSIÇÕES DE LONGA DURAÇÃO (Trabalho, Sagrado, Amor e Divertimento)

Como anteriormente referimos esta tríade temático-funcional definida por J.A.Sardinha, parece-nos ser uma base sustentável de programação de exposições e de actividades culturais em torno das colecções, das recolhas fonográficas e visuais, e dos objectos proveniente do património material relacionado com as funcionalidades descritas.

O património imaterial carece de alguma materialidade onde se possa inscrever, daí o interesse em colocá-lo em comunhão com o seu universo social e material, com os registos das pessoas que os produziram e com as diversas expressões, bem como com os objectos usados. Promovendo-se para esse efeito o recurso às tecnologias disponíveis e ao audiovisual, de modo a conjugar de forma pertinente para o público ambas as dimensões patrimoniais.

ESPAÇO AO AR LIVRE PARA ESPECTÁCULOS

Este é um espaço absolutamente necessário para a vivência do património das Tradições Musicais, quer do ponto de vista da organização de espectáculos de actuações profissionais, quer para o usufruto dos criadores amadores e das expressões mais populares e comunitárias.

Seria interessante promover um festival de sonoridades tradicionais que dê a conhecer as novas tendências da musica tradicional produzida em Portugal.

PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDO

Criar uma linha de financiamento para a promoção da investigação das tradições musicais e de temáticas afins, com um enfoque especial nas problemáticas da etnomusicologia contemporânea.

10. Aspectos programáticos: estratégia de desenvolvimento

Na situação actual não existem ainda colecções prontas a integrar o acervo do ecomuseu. Terá por isso de haver uma fase de aquisição e recolha de património material relacionado com as tradições musicais: instrumentos musicais, documentos iconográficos (fotografias, registos em filme e vídeo, cartazes, etc.), objectos relacionados com as áreas temáticas descritas.

O único espólio que seguramente existe é constituído pelas recolhas etnomusicológicas de J. A. Sardinha, designadamente as gravações sonoras.

Existem alguns contactos de informantes, de construtores e de tocadores de instrumentos musicais, que podem facilitar a tarefa de iniciar uma colecção. De qualquer modo, e dada a metodologia participativa que prevemos aplicar na execução do projecto, será certamente viável que os actores locais/regionais forneçam pistas e estejam na disposição de colaborar na constituição de um acervo significativo. Neste âmbito terá de ser definida uma política de incorporação, a qual deverá estar de acordo com a missão e os objectivos do ecomuseu.

Um ecomuseu da Região Oeste (ver anexo 2) deve encontrar uma solução de comunicação que permita comunicar com toda a região, assim, pensamos que a programação de exposições itinerantes pode contribuir para uma aproximação aos cidadãos dos concelhos da região. Estas exposições itinerantes devem ser concebidas a partir de uma investigação mais localizada no concelho em questão de modo a motivar parcerias locais e a desenvolver estratégias relacionais com os habitantes detentores de espólio e com tocadores ou construtores de instrumentos musicais.

Na perspectiva da itinerância, bem como para todo o trabalho do ecomuseu, é necessário proceder a um diagnóstico da “rota dos museus do oeste”, e saber se existe efectivamente uma rede de espaços museológicos na região e uma rede informacional focada nos recursos patrimoniais da região.

O recurso às tecnologias de informação é um aspecto fulcral no desenvolvimento de produtos e serviços. O património intangível é um recurso com elevado potencial económico, sendo aquele que pela sua plasticidade e imaterialidade melhor se adequa aos processos de produção e difusão associados às tecnologias de informação, designadamente à digitalização. De facto, os conteúdos culturais que constituem, por exemplo, as recolhas de som e de imagem de tradições orais e musicais podem facilmente ser disponibilizados em suportes digitais ou em linha, sem que daí resultem perdas de significado ou reduções significativas da qualidade da percepção.

11. Apontamentos sobre a estratégia

A visão

É amplo o reconhecimento dado à importância de valorizar e proteger as memórias e as manifestações culturais representadas, em todo o mundo, por monumentos, sítios históricos e paisagens culturais.

Mas não é só de objectos físicos que se constitui a cultura de um povo. A identidade cultural de uma comunidade é um processo dinâmico que inclui aspectos tão diversos como a língua, as tradições populares ou os lugares e a sua vivência, aspectos que ligam o futuro ainda em aberto às gerações precedentes, conferindo um sentido de continuidade e um contexto necessário à sua sustentação.

A preservação e valorização do património imaterial é um projecto que, pelo seu potencial emancipatório junto das comunidades, é motivador da participação das pessoas, promovendo um sentido de comunhão em torno de valores e bens culturais.

O ecomuseu das Tradições Musicais da Região Oeste permitirá aos *Oestinos*, mas também aos cidadãos do mundo, a partilha e a valorização de uma cultura vasta e singular.

A estratégia de um projecto de preservação e divulgação do património cultural tem de ter em conta duas fases principais:

- A primeira diz respeito a operações destinadas a: 1) prospecção, 2) estabilização e tratamento, 3) digitalização e 4) indexação e catalogação;
- A segunda fase da estratégia prende-se essencialmente com a divulgação e prossecução das aquisições, bem como o estabelecimento de relações institucionais com vista à troca de informação e experiências.

Natureza Jurídica da Instituição e financiamento

Pensamos que uma Fundação de capitais mistos, privados e públicos, é a melhor solução para iniciar o processo da constituição do ecomuseu. Deverá contar com a presença fundamental do espólio do Dr. J. A. Sardinha, e teria toda a pertinência que fosse também o presidente da Fundação, com funções de direcção do próprio ecomuseu. A Associação de Municípios do Oeste, em representação das autarquias, seria outro dos fundadores.

Quanto ao capital inicial da fundação, haveria que encontrar, para além do financiamento público, parceiros privados que seriam mecenas e/ou co-fundadores.

12. Conclusão

O capital fundamental que sustenta a intenção da criação de um ecomuseu das Tradições Musicais da Região Oeste é sem dúvida a riqueza do seu património imaterial: «a música tradicional estremeira em nada fica a dever, em qualidade estética e riqueza etnográfica, à de muitas outras províncias” (Sardinha, p. 25).

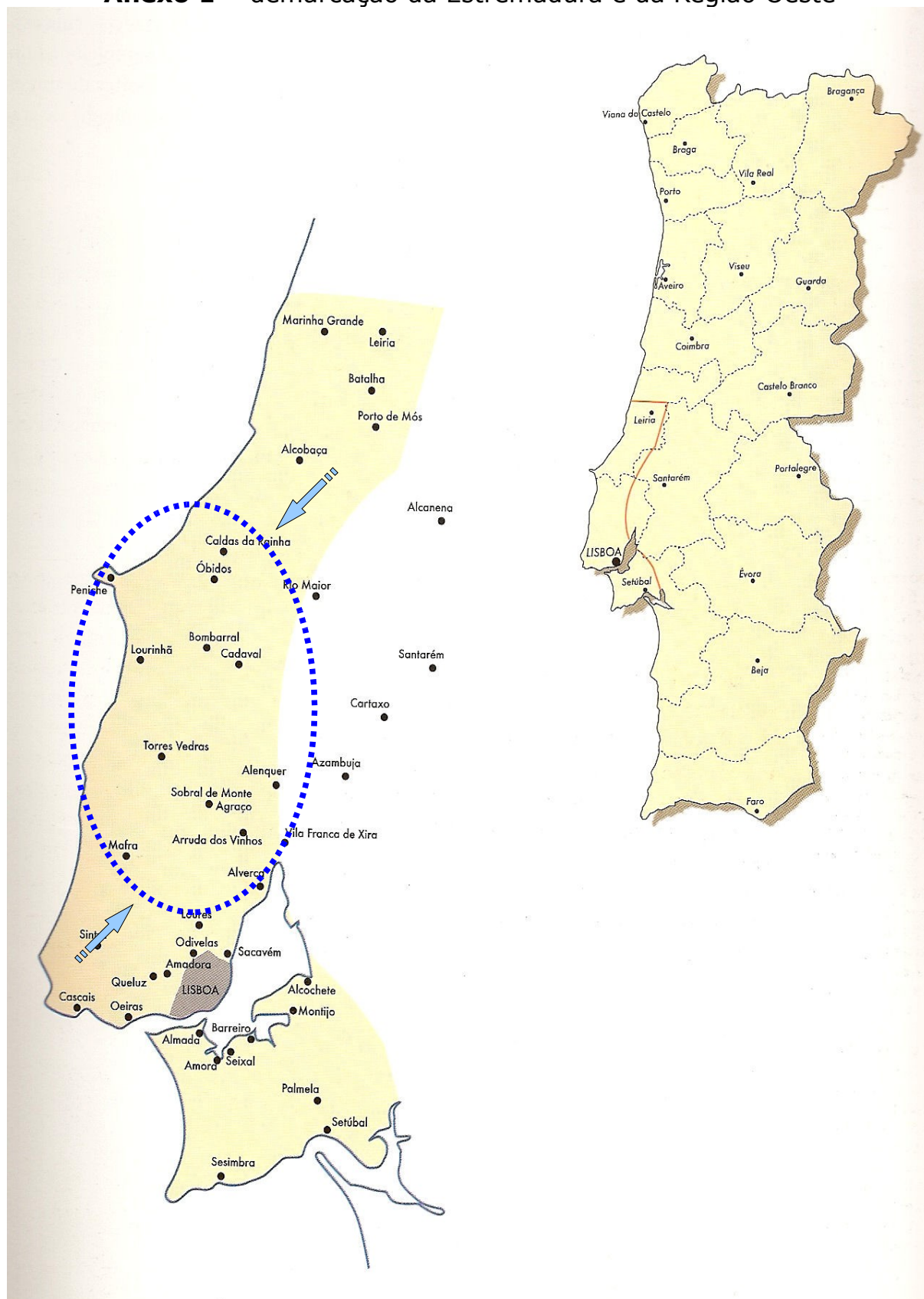
Outra vantagem incontornável prende-se com as investigações já efectuadas e publicadas, inclusivamente com os trechos musicais gravados em CD e a sua transcrição para partitura. O projecto de um futuro ecomuseu seria a possibilidade de transformar um trabalho de alta qualidade no campo da etnomusicologia, numa realidade palpável e em recurso de desenvolvimento ancorado no património. Permitindo-se deste modo que o esforço dos investigadores fosse reconhecido, para além da sua qualidade intrínseca, como um fortalecimento cultural das comunidades.

Essencialmente pelas razões apontadas, pensamos que a efectividade de um Ecomuseu das Tradições Musicais da Região Oeste seria, numa perspectiva de desenvolvimento cultural da Região Oeste, e mais especificamente na sua política de património, um elemento diferenciador na já existente Rota dos Museus do Oeste.

Numa próxima fase de trabalho terá de haver lugar ao delineamento do plano e dos programas museológicos, de modo a conceber as decisões técnicas e metodológicas apropriadas às necessidades específicas do projecto. Os Programas Museológicos serão os instrumentos que permitem a materialização da conceptualização museológica em soluções museográficas, por esta razão devem integrar o Plano Museológico.

Em etapa posterior teriam ainda de ser definidos os projectos expositivos que concretizem o objectivo comunicacional e pedagógico do ecomuseu.

Anexo 1 – demarcação da Estremadura e da Região Oeste

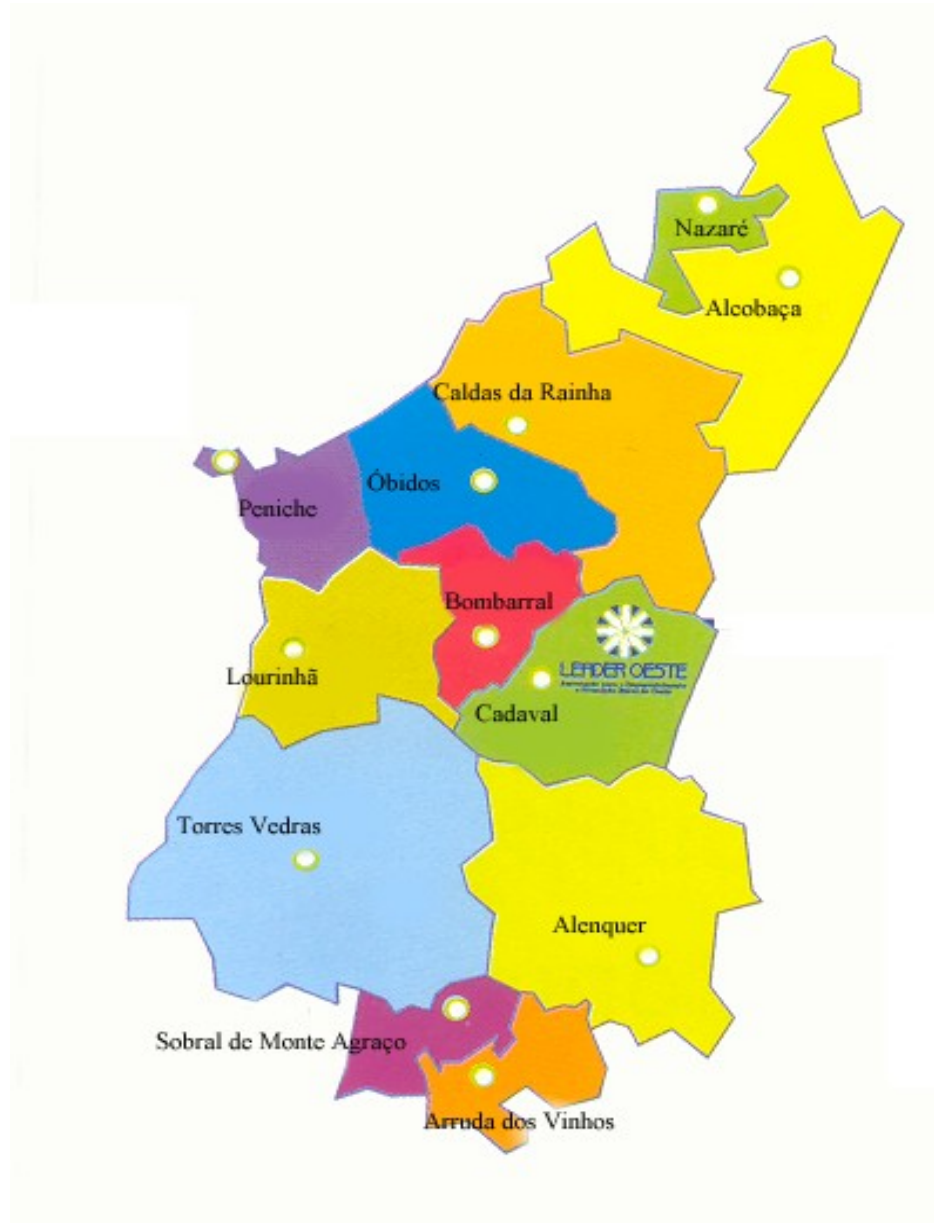


--- Demarcação da Região Oeste (da minha responsabilidade)

→ Integração de recolhas dos concelhos adjacentes (da minha responsabilidade)

Fonte da imagem de base: SARDINHA, José Alberto (2000). *Tradições Musicais da Estremadura*. Vila Verde, TRADISOM.

Anexo 2
REGIÃO OESTE



Referências Bibliográficas

a) Monografias

GUILLAUME, Marc (2003). *A Política do Património*. Apresentação de Vítor Oliveira Jorge. Porto, Campo das Letras.

PRIMO, Judite (1999). *Museologia e Património: Documentos Fundamentais – Organização e Apresentação*. Cadernos de Sociomuseologia/ nº 15. ULHT; Lisboa, Portugal.

RIBEIRO, Arnaldo (2007). Governância Municipal – Cidadania e governação nas câmaras municipais portuguesas. Viana do Castelo, CER-Centro de Estudos Regionais.

RUIZ, Jordi Pascal e DIETACHMAIR, Philipp (2007). *Guía para la participación ciudadana en el desarrollo de políticas culturales locales para ciudades europeas*. Barcelona, Interarts.

SARDINHA, José Alberto (2000). *Tradições Musicais da Estremadura*. Preâmbulo de Fernando Lopes Graça. Vila Verde, TRADISOM.

VARINE, Hugues de (2002). *Les racines du futur: Le patrimoine au service du développement local*. Chalon sur Saône, ASDIC.

b) Artigos

CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan (1989). A Etnomusicologia, a política e acção culturais e a Música Tradicional em Portugal. *In: Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*. Centro de Estudos de Etnologia, pp. 85-100.

CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan e LIMA, Maria João (1998). Práticas Musicais Locais: alguns indicadores preliminares. *OBS-publicação periódica do Observatório das Actividades Culturais*, nº 4 (Outubro 1998), pp. 10-13.

FILIFE, Graça (2004). *A gestão do Património, os Museus e o Território – processo integrado e interacção com a Comunidade*. [Versão electrónica]. Disponível em http://www2.cm-seixal.pt/pls/decomuseu/ecom_cdi_online. [Consultado em 08/02/2008].

GIACOMETTI, Michel (1975). *Guia de Inquérito Musical Popular*. [Versão electrónica]. Disponível em <http://www.attambur.com>. [Consultado em 08/02/2008].

MATOSO, Rui (2007). Para um Ecomuseu das Tradições Musicais da Região Oeste. *Espaço Público- revista de comunicação e cultura*, nº 2 (Março 2007), pp. 81-91.

MAREC, Joëlle le e DELARGE, Alexandre (s/d). *Définition participative d'un écomusée*. [Versão electrónica]. Disponível em <http://www.minom-icom.net>. [Consultado em 08/02/2008]

MORAIS, Domingos (1995). *Notas sobre a Música e Instrumentos Musicais Populares Portugueses*. [Versão electrónica]. Disponível em <http://www.attambur.com>. [Consultado em 08/02/2008].

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1975). *Pequeno Guia para a Recolha de Instrumentos Musicais Populares*. [Versão electrónica]. Disponível em <http://www.attambur.com>. [Consultado em 08/02/2008].

PRIMO, Judite Santos e MOUTINHO, Mário Canova (2002). *O Ecomuseu da Murtosa*. [Versão electrónica]. Disponível em <http://tercud.ulusofona.pt>. [Consultado em 08/02/2008].

VARINE, Hugues de (2004). Património e Educação Popular. *Revista trimestral Aprender ao Longo da Vida*, nº 2 (Outubro 2004), pp. 36-41. Associação «O Direito de Aprender»

VARINE, Hugues de (2005). Museologia e museografia dos territórios - contributo para o encontro do Seixal de 30 de Abril de 2004, sobre as perspectivas dos ecomuseus. *Ecomuseu Informação – boletim trimestral do Ecomuseu Municipal do Seixal*, nº 34 (Jan. Fev. Mar 2005), pp. 8-12. [Versão electrónica]. Disponível em http://www2.cm-seixal.pt/pls/decomuseu/ecom_cdi_online. [Consultado em 08/02/2008].

VARINE, Hugues de (2007). *Quelques idées sur le musée comme institution politique*. [Versão electrónica]. Disponível em <http://www.minom-icom.net> [Consultado em 08/02/2008]

c) Documentos legislativos e normas

Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003). Paris, UNESCO. [Versão electrónica]. Disponível em http://www.unesco.pt/pdfs/cultura/docs/conv_pati.doc. [Consultado em 08/02/2008]

Lei 107/2001 “D.R. I Série A”(8 de Setembro). Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

d) Outros documentos e fontes

Agenda 21 da cultura (2004). Barcelona, Cidades e Governos Locais Unidos. [Versão electrónica]. Disponível em http://www.agenda21culture.net/docs/ag21c_pt.pdf. [Consultado em 08/02/2008].

<http://www.ffp.pt/> - Federação do Folclore Português

<http://www.inatel.pt/culturafra.htm> – Inatel (Etnografia e Folclore)

<http://www.mcu.es/museos/MC/PM/ProyectosPlanMuseologico.html> (Plano Museológico / Ministério da Cultura de Espanha)